

Rendimentos, Património e Interesse - Declaração

(Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, alterada pela Lei n.º 69/2020, de 9 de novembro de 2020)

I. Facto determinante da declaração

Deve ser assinalado nesta rubrica qual o facto ou factos que determina(m) a apresentação de declaração (início/cessação/alteração), devendo ser assinalados os campos da cessação e início de funções quando ocorram em simultâneo.

Cargo / Função a exercer

- Data de início de funções / recondução / reeleição
 Data de cessação de funções
 Data da alteração
 Declaração após três anos da cessação de funções, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º

VEREADORA

18.10.2021

Exercício de funções em regime de exclusividade? Sim Não

II. Dados pessoais

Nome Completo* MARA SUSANA MACHADO RIBEIRO REBELO
Morada (rua, número e andar)* [REDACTED]
Localidade* [REDACTED]
Código postal* [REDACTED]
Freguesia* [REDACTED]
Concelho* [REDACTED]
Número de Identificação Civil* [REDACTED]
Número de Identificação Fiscal* [REDACTED]
Sexo* FEMININO
Natural de* [REDACTED]
Nascido em* [REDACTED]
Estado Civil (se casado indicar regime de bens)* CASADA (COMUNHO DE ADQUIRIDOS)
Nome completo do cônjuge ou unido(a) de facto (se aplicável)* [REDACTED]
Endereço eletrónico [REDACTED]
Telefone/Telemóvel [REDACTED]

* Elementos obrigatórios

III. Registo de Interesses

Deve ser registado nesta rubrica:

- Toda e qualquer atividade pública ou privada que o/a declarante exerça, ou tenha exercido nos últimos três anos e/ou que venha a exercer em acumulação com o mandato ou que tenha exercido até três anos após a cessação de funções, incluindo atividades profissionais subordinadas, comerciais ou empresariais, exercício de profissão liberal e de funções eletivas ou de nomeação.
- Desempenho de cargos sociais que o declarante exerça, ou tenha exercido nos últimos três anos e/ou que venha a exercer em acumulação com o mandato, designadamente a discriminação dos cargos de administrador, gerente, gestor, diretor, membro de comissão administrativa, conselho fiscal e comissão de fiscalização, membro de mesa de assembleia-geral ou de órgãos ou cargos análogos, de quaisquer sociedades comerciais, civis sob forma comercial, cooperativas ou públicas e também de associações, fundações, instituições particulares de solidariedade social, misericórdias e semelhantes, tanto nacionais como estrangeiras.

Dados relativos a atividades profissionais, cargos públicos, privados e sociais, e outras funções e atividades exercidos nos últimos três anos e/ou a exercer em acumulação.						
Cargo Função Atividade	Entidade	Natureza e área de atuação da entidade	Local da sede	Remunerada (S/N)	Data de início	Data de termo
VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	FUNDAÇÃO CJ	IPSS	PINHAL NOVO	S	02.04.2011	-

Devem ser registados nesta rubrica quaisquer apoios financeiros ou materiais recebidos para o exercício das atividades, inclusive de entidades estrangeiras, designadamente senhas de presença e ajudas de custo (e que não correspondam a remuneração, mas se existir, esta deve ser identificada na rubrica anterior).

Apoio ou Benefícios				
Apoio ou Benefício	Entidade	Natureza e área de atuação da entidade	Natureza do apoio ou benefício	Data

Consideram-se abrangidas nesta rubrica as entidades, e respetiva área de atividade, a quem o/a declarante preste pessoalmente serviços remunerados de qualquer natureza com carácter de permanência ou mesmo pontualmente, desde que suscetíveis de gerarem conflitos de interesses.

Serviços Prestados				
Serviços Prestados	Entidade	Natureza e área de atuação da entidade	Local da Sede	Data

Desta rubrica deve constar a identificação das sociedades em cujo capital o/a declarante por si, pelo cônjuge ou unido de facto, disponha de capital e também a quantificação dessa participação, devendo a mesma ser assinalada.

Sociedade				
Sociedade	Natureza	Natureza e área de atuação da entidade	Local da Sede	Participação social (valor e percentagem)

Nos termos do n.º 3 do artigo 13.º, não sendo a lei taxativa na enumeração das situações a registar, deste campo devem constar quaisquer outras que não se integrem nas anteriores e que sejam suscetíveis de gerar incompatibilidades ou impedimentos previstos na lei.

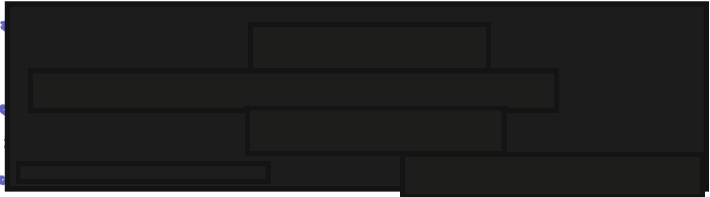
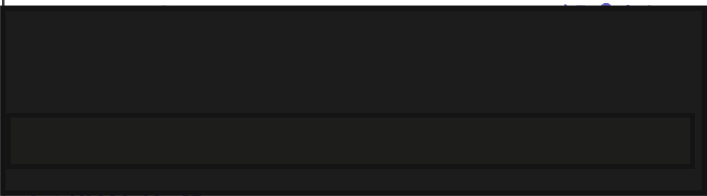
Outras Situações

IV. Dados Sobre Rendimentos e Património

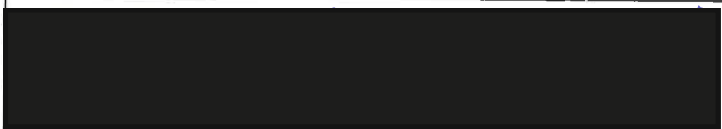

Rendimentos Brutos para Efeitos da Liquidação do IRS (Indicando o montante ou que não há nada a declarar)	
Rendimentos do trabalho dependente	
Rendimentos do trabalho independente	
Rendimentos comerciais e industriais	

Rendimentos agrícolas	0
Rendimentos de capitais	
Rendimento prediais	
Mais-valias	7
Pensões	
Outros rendimentos	

Ativo Patrimonial	
I – Património Imobiliário	
Bens a declarar em Portugal	

Bens a declarar no Estrangeiro	
II – Quotas, ações, participações ou outras partes sociais do capital de sociedade civis ou comerciais (deve ser feita remissão para os elementos declarados no campo relativo ao registo de interesses, quando for o caso)	
Bens a declarar em Portugal	
Bens a declarar no Estrangeiro	
III – Direitos sobre barcos, aeronaves ou veículos automóveis	
Bens a declarar em Portugal	
Bens a declarar no Estrangeiro	
IV – Carteiras de títulos, contas bancárias a prazo e aplicações financeiras equivalentes	
Bens a declarar em Portugal	
Bens a declarar no Estrangeiro	

V – Contas bancárias à ordem e direitos de crédito, de valor superior a 50 salários mínimos	
Bens a declarar em Portugal	
Bens a declarar no Estrangeiro	
VI – Outros elementos do ativo patrimonial	
Bens a declarar em Portugal	
Bens a declarar no Estrangeiro	

Passivo	
Identificação do credor	
Montante do débito	
Data de vencimento	